

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIELA MONZANI DE SOUZA NASCIMENTO

**O Voto de Protesto Na Política Brasileira: Uma Análise Entre Novos Governantes e o
Descaso Crescente da População Em Relação à Política**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Relações Internacionais da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP), como exigência parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Dr. Laerte Apolinário Júnior

SÃO PAULO
2025

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pela parceria, força e ajuda durante todo período da graduação; ao meu irmão por dividir as dores e alegrias do dia a dia comigo e aos meus avós pelo apoio contínuo.

Ao meu orientador, que dividiu esse momento decisivo de forma calma e paciente, sempre disponível para compartilhar os ensinamentos que eram necessários.

Aos meus amigos, que fizeram minha graduação divertida e mais leve. E por último, agradeço à Pontifícia Universidade Católica e ao curso de Relações Internacionais por terem feito os meus últimos quatro anos tão valiosos e especiais.

RESUMO

Este trabalho analisa o fenômeno do voto de protesto na política brasileira e suas eleições, destacando seu crescimento a partir de 2014, em um contexto marcado pela crescente polarização política e pela insatisfação da população com os representantes tradicionais. Entendido como manifestação de descrédito em relação ao sistema político vigente, o fenômeno não se limita apenas ao cenário político brasileiro, mas também ao global, associado a crises de representatividade e ao desgaste das instituições democráticas. Nesse sentido, compreender suas particularidades no Brasil contribui para um debate mais amplo sobre os rumos da democracia contemporânea. A pesquisa será de natureza qualitativa e baseada em revisões bibliográficas, buscando compreender a relação entre a falta de representatividade e a crise na democracia, examinando os fatores que impulsionam os eleitores a buscar alternativas fora do sistema político tradicional. São discutidas as origens históricas do voto de protesto, suas transformações ao longo do tempo e as novas formas que assume diante de um ambiente de descrença generalizada, no qual candidaturas não convencionais ganham espaço como expressão de ruptura e contestação. Os resultados indicam que o voto de protesto, longe de ser episódico, configura-se como um elemento estruturante das dinâmicas eleitorais, capaz de influenciar a representação política e reconfigurar o sistema partidário.

Palavras-chave: Governo. Voto. Eleição. População.

ABSTRACT

This paper examines the phenomenon of protest voting in Brazilian politics and elections, emphasizing its growth since 2014 within a context marked by increasing political polarization and public dissatisfaction with traditional representatives. Understood as a manifestation of disillusionment with the prevailing political system, the phenomenon extends beyond the Brazilian political scenario to a global one, being associated with crises of representation and the erosion of democratic institutions. In this sense, understanding its particularities in Brazil contributes to a broader debate on the paths of contemporary democracy. The research adopts a qualitative approach based on bibliographical review, seeking to understand the relationship between the lack of political representation and the crisis of democracy, while examining the factors that drive voters to seek alternatives outside the traditional political system. The study discusses the historical origins of protest voting, its transformations over time, and the new forms it assumes in an environment of widespread disillusionment, in which unconventional candidacies gain ground as expressions of rupture and contestation. The findings indicate that protest voting, far from being episodic, constitutes a structural element of electoral dynamics, capable of influencing political representation and reshaping the party system.

Keywords: Government. Vote. Election. Population.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO VOTO COMO AÇÃO POLÍTICA....	3
1.1 O conceito de voto e a ação política.....	3
1.2 Definindo o voto de protesto.....	4
1.3 O voto de protesto na Era Antissistema.....	5
2. O VOTO DE PROTESTO EM PERSPECTIVA GLOBAL: CONCEITOS E MANIFESTAÇÕES.....	7
2.1 O voto de protesto em escala internacional.....	7
2.2 Manifestações globais do voto de protesto: estudos de caso.....	8
2.3 Crises de representatividade e o cenário internacional.....	9
2.4 O voto de protesto na era digital: mídias sociais e o desafio da desinformação.....	11
3. O VOTO DE PROTESTO NO BRASIL.....	12
3.1 A tipologia do voto e a crise de representatividade.....	12
3.2 O surgimento de novos atores políticos.....	13
3.3 Os partidos políticos no voto de protesto.....	14
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS.....	20

INTRODUÇÃO

O voto de protesto ocorre quando o voto é utilizado como forma de contestação, principalmente quando optado por um candidato que fuja do perfil tradicional. Um exemplo é quando os cidadãos estão descontentes com os mesmos tipos de políticos, ou seja, aquele cenário polarizado, e acabam votando no político com perspectivas e comportamentos diferentes, visando novas ações e propostas para sua cidade ou país. Esse fenômeno, muitas vezes canalizado para candidaturas anti-sistemas, populistas ou folclóricas, serve como um termômetro da saúde democrática, revelando fissuras no pacto social e um crescente distanciamento entre governantes e governados.

No Brasil, o fenômeno tem ganhado força desde as eleições de 2014, período em que o país tem sofrido com a polarização em sua política, tanto de vertentes (direita e esquerda), quanto com a presença recorrente de governantes de várias passagens políticas, trazendo consigo como consequência, novos perfis com propostas distintas e comportamento divergente do que se costuma ver no meio político. Nesse contexto, o voto de protesto deixou de ser um ato isolado para se tornar uma força política capaz de influenciar decisivamente os resultados eleitorais e reconfigurar o cenário político nacional.

Todavia, os candidatos que têm surgido, tendem a ser “amadores” na política, o que significa atuar com partidos novos e até mesmo criados para a candidatura dos mesmos, pouco dinheiro para as campanhas, e zero experiências anteriores em cargos políticos ou relacionados, o que faz com que suas propostas tendam a ser frágeis e pouco fundamentadas, com apelo popular.

Portanto, diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo central compreender e analisar o voto de protesto dentro do atual cenário político brasileiro, com ênfase na crescente divisão ideológica, questionando de que forma o enfraquecimento da representatividade política impulsiona novas candidaturas com perfil anti-sistema, e qual o papel da população nesse contexto. A partir de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, o estudo busca entender e examinar de que forma o antagonismo político tem se expandido e tem trazido a onda do “terceiro candidato”, que como já dito, traz ideais diferentes e se mantém discrepante das campanhas dos políticos principais, gerando assim os chamados voto de protesto ou voto por mudança.

Para alcançar o objetivo, este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo, **"Fundamentos Teóricos do Voto como Ação Política"** (1), explora os conceitos que definem o voto, o protesto e sua relação com fenômenos como o populismo. O segundo

capítulo, **"O Voto de Protesto em Perspectiva Global"** (2), analisa a crise de representatividade em escala internacional e apresenta estudos de caso de diferentes países. Por fim, o terceiro capítulo, **"O Voto de Protesto no Brasil"** (3), foca na trajetória histórica e nas manifestações contemporâneas do fenômeno no país.

Em termos de contribuição, este estudo transcende a análise política doméstica, inserindo o voto de protesto brasileiro na dinâmica mais ampla das crises de representação internacional, conhecimento fundamental para a área de Relações Internacionais ao demonstrar como fenômenos transnacionais impactam a política interna e reconfiguram a posição do Brasil no debate sobre a saúde das democracias contemporâneas.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO VOTO COMO AÇÃO POLÍTICA

1.1: O Conceito de Voto e a Ação Política

A compreensão do voto de protesto na política como um fenômeno, exige, primeiramente, uma reflexão e maior entendimento sobre o próprio significado do voto dentro da democracia representativa e sua relação com a ação política. O conceito de democracia contemporânea vai além de uma simples realização de eleições periódicas. Segundo Bobbio, a democracia moderna envolve pluralismo, proteção de direitos individuais e mecanismos institucionais que permitem a participação efetiva da população na tomada de decisões. (BOBBIO, 1989)

O ato de votar, embora carregue um peso de algo individual, é na verdade um complexo cheio de significados, expectativas e potencialidades, que conectam o cidadão à esfera pública, o colocando como um participante direto dos rumos de uma sociedade. A participação eleitoral, portanto, transcende a mera formalidade cívica, constituindo-se em um ato político carregado de simbolismo e poder transformador.

A cientista política Nadia Urbinati, por exemplo, descreve a democracia representativa como um sistema anárquico, composto por dois pilares, a decisão (regras do jogo, poder formal) e a opinião (poder informal do julgamento político e da formação da vontade popular). Segundo a mesma, os desafios atuais da democracia constitucional residem principalmente no pilar da opinião, especialmente por conta da concentração da indústria da informação e do surgimento do fenômeno como "plebiscitarismo de audiência". Essa perspectiva é crucial para entender como o voto, embora seja um ato de decisão formal, é cada vez mais moldado e influenciado pela esfera da opinião e do julgamento informal (URBINATI, 2013).

Hannah Arendt, em suas reflexões sobre a natureza da política, oferece um ponto de partida. Para ela, a política não se resume apenas à administração, exercício ou gestão de algo, mas também a uma participação coletiva, em que os seres humanos, em sua pluralidade, aparecem uns aos outros, falam, agem em conjunto e, nesse processo, criam algo novo no mundo. A ação política, portanto, é caracterizada pela liberdade, sendo a única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, se distinguindo do trabalho (ARENDT, 1993).

Contudo, a discussão sobre o papel do voto deve ser atualizada para a realidade da crise de representatividade e da democracia digital. O voto não é apenas uma escolha de

representantes, mas também, como aponta Leonardo Avritzer, é um elemento de um sistema mais amplo de participação popular, que inclui a capacidade de fiscalização e de influência na agenda política. (AVRITZER, 2013). Portanto, ele é um elemento de um sistema que se completa com mecanismos de democracia direta (plebiscitos), democracia deliberativa (espaços de debate público e racional) e novas formas de participação (movimentos sociais).

Portanto, o voto, dentro dessa perspectiva, pode ser interpretado como um ato de expressão de vontade e de agência política que, ao lado de outras formas de participação (digitais ou presenciais), redefine as configurações de poder, expressa vontades e reafirma (ou questiona) os próprios fundamentos do pacto social, especialmente em um momento de questionamento dos modelos tradicionais de representação.

1.2. Definindo o Voto de Protesto

Uma vez que a compreensão do voto é concluída, se torna crucial entender o voto de protesto como ação política, o distinguindo de outras formas de manifestação eleitoral, que, por mais que sejam parecidas, se alteram na motivação e no objetivo final. O voto de protesto não é um fenômeno monolítico; suas definições e interpretações variam na literatura, mas convergem em um ponto central: a expressão de descontentamento, insatisfação ou rejeição em relação ao sistema político vigente, seus atores ou suas práticas. Esse tipo de voto não busca necessariamente apoiar um candidato específico por suas propostas, mas sim enviar uma mensagem clara de repúdio ao sistema.

Castel e Pase (2011), analisam o voto ao conectá-lo diretamente à desconfiança do povo na política. Eles argumentam que diante de uma política corrupta, sem mudanças e ineficiente, o eleitor pode recorrer ao voto como uma ferramenta de repúdio, mesmo que essa escolha não se traduza em um apoio positivo a um candidato específico. Portanto, o voto de protesto, é um sintoma da crise de desconfiança da população nas instituições, mostrando que os canais que antes serviam como meios de comunicação e pontes entre a população e o executor, agora não funcionam mais (CASTEL; PASE, 2011). Oliveira (2015), corrobora essa visão, associando a apatia e o desinteresse político de parte significativa da população brasileira a uma descrença generalizada na capacidade do sistema político de promover mudanças efetivas, o que, por sua vez, alimenta manifestações de protesto, incluindo o voto. (OLIVEIRA, 2015).

É necessário, entretanto, diferenciar o voto de protesto da abstenção do voto ou então do voto nulo, embora em todos os casos, o tipo de descontentamento pode ser o mesmo. França

(2008), ao analisar o caso de abstenção eleitoral, coloca que suas causas são multifatoriais, podendo envolver desde dificuldades práticas (distância, doença) até um desinteresse genuíno pela política ou uma rejeição calculada ao sistema. A abstenção, portanto, nem sempre é um ato de protesto consciente. (FRANCA, 2008). Shirado (2018), enfatiza que, embora a abstenção e o voto nulo possam impactar a legitimidade do processo eleitoral e dos eleitos, o voto de protesto direcionado a um candidato específico (muitas vezes considerado “folclórico”) possui uma dinâmica própria. Este tipo de voto, diferentemente da simples anulação ou ausência, busca ativamente enviar uma mensagem, causar ruído no sistema e, por vezes, eleger figuras que personificam a ruptura com a política tradicional (SHIRADO, 2018).

É a eleição o mecanismo de aquisição do poder político nas democracias contemporâneas, por meio do qual se dá a participação popular no sistema representativo, permitindo que o povo exerça efetivo controle sobre seus candidatos e partidos, punindo-os ou premiando-os com a outorga ou retirada do poder político por meio do voto. (SHIRADO, p17, 2018).

Em suma, o voto de protesto aparece como uma categoria complexa de comportamento eleitoral, caracterizada principalmente pela insatisfação, desconfiança e rejeição à política atual. Embora ela possa se manifestar de diversas maneiras, sua especificidade reside na intenção de utilizar o próprio mecanismo eleitoral como um canal de contestação, muitas vezes direcionando o voto a candidatos que simboliza a negação da política tradicional. Compreender essa dinâmica é essencial para analisar o cenário político contemporâneo, marcado por uma crescente polarização e pela emergência de discursos e lideranças que capitalizam sobre esse sentimento difuso de descaso e frustração.

1.3. O Voto de Protesto na Era Antissistema

Após a imersão sociológica e histórica sobre o voto de protesto e suas consequências, torna-se importante questionar e aprofundar a análise sobre a centralidade do protesto e o porquê ele ocupa um papel tão relevante para a população e suas raízes, visto que ele é um meio de mudança utilizado desde os primórdios como uma ferramenta e meio de resistência e transformação diante de ideais que não representam parte da sociedade, ou mesmo a sociedade como um todo. Nesse sentido, Roberto Gargarella (2005), no seu livro *“El derecho a la protesta”*, oferece uma base sólida e defende que o protesto é um instrumento fundamental para corrigir disfunções estruturais do Sistema político, já que permite aos cidadãos desafiar as estruturas excludentes do poder e reivindicar mudanças substantivas. O autor também aponta que a repressão ao protesto, comum em muitos países latino-americanos, revela uma

contradição entre o discurso constitucional que garante liberdade e a prática política em que restringe. A era antissistema, portanto, não se refere somente a candidaturas que se opõem ao establishment, mas também a um contexto mais amplo que questiona as normas e instituições, em que o protesto, em suas facetas, ganha centralidade como forma de expressão política.

A visão de reivindicação da sociedade por ser explicada também pelo fenômeno do populismo que, Cas Mudde (2017), em sua análise, transmite que o populismo coloca o povo como soberano, ou seja, não apenas como a fonte do poder político mas também como legítimo governante. Esse discurso encontra terreno fértil em momentos de crise de representatividade, polarização política e desconfiança nas instituições, exatamente o cenário que se agravou nos últimos anos no Brasil.

Essa lógica remete a ideia de que se um povo não está satisfeito, alguma forma de mudança tende a ocorrer, conforme literatura:

Todavia, a formação de um regime democrático não implica que o fosso entre governados e governantes desapareça por completo. Em certas circunstâncias, o povo soberano pode sentir que não está a ser (bem) representado pelas elites no poder e, portanto, criticar o poder político instituído - ou mesmo revoltar-se contra este. (MUDDE, p.23, 2017).

O populismo, com seu discurso de 'nós contra eles' (o povo virtuoso contra a elite corrupta), encontrou entrada particularmente nas eleições de 2018. Candidatos como Jair Bolsonaro e outros nomes menos tradicionais capitalizaram da insatisfação generalizada da população com a política tradicional para propagar suas propostas de 'renovação'. Esses líderes muitas vezes se apresentam como figuras externas ao sistema político, distantes da corrupção endêmica e dos partidos tradicionais.

Portanto, o voto, neste cenário, deixa de ser uma escolha programática e passa a ser um ato de repúdio, uma forma de expressar a fadiga com o modelo político vigente. A consequência direta é a eleição de figuras que, embora eleitas democraticamente, frequentemente demonstram tendências a desafiar as normas e instituições democráticas, intensificando a tensão entre a vontade popular expressa nas urnas e a estabilidade do sistema político.

2. O VOTO DE PROTESTO EM PERSPECTIVA GLOBAL: CONCEITOS E MANIFESTAÇÕES

2.1: O voto de protesto em escala internacional

O voto de protesto como fenômeno político e social, embora frequentemente associado a contextos políticos específicos, possui raízes profundas e manifestações em escala global. Sua representação é uma resposta complexa dos eleitores a crises de representatividade, desilusão com instituições e insatisfação com as políticas públicas existentes. Compreender o voto de protesto em uma perspectiva global exige uma análise de suas definições, origens históricas e os diferentes modos pelos quais ele se manifesta. (CAMUS; LEBOURG, 2017). A globalização (deterioração dos serviços públicos locais, falta de investimento em cultura e bem-estar), a crise econômica (desigualdades territoriais, desindustrialização, alto desemprego local e baixos salários), as migrações (sentimentos nacionalistas e o chamado "cultural backlash") e a ascensão das redes sociais são fatores que contribuem para a disseminação e a intensificação desse fenômeno em escala planetária, tornando-o um objeto de estudo crucial para a ciência política contemporânea.

Ao redor do mundo, esse tipo de voto tem se manifestado tanto em regimes presidencialistas quanto parlamentaristas, em democracias consolidadas ou recentes. Como destaca Mudde (2017), o voto de protesto costuma emergir quando os cidadãos percebem que a política tradicional deixou de representar seus interesses, dando espaço para a ascensão de partidos populistas, outsiders e movimentos radicais.

No Brasil, sua trajetória histórica, do simbólico rinoceronte Cacareco ao fenômeno eleitoral de figuras como Enéas, Clodovil e Tiririca, evidencia como o descontentamento pode ser canalizado e utilizado de diversas maneiras, ora como gesto irônico e efêmero, ora como força capaz de remodelar o sistema político por meio do efeito multiplicador do voto proporcional (VASCONCELOS, 2020). Entretanto, essa manifestação carrega ambiguidades, se por um lado ela funciona como alerta para partidos sobre a necessidade de reformas e maior proximidade com seu público, por outro, pode reforçar a ascensão de candidaturas personalistas, sem propostas estruturais, que se beneficiam do protesto sem oferecer alternativas de transformação (BENOIST, 2012).

A análise do voto de protesto em escala internacional, portanto, não é apenas um estudo sobre o comportamento eleitoral, mas uma reflexão sobre a saúde da democracia

representativa no século XXI, confrontada com a erosão da confiança e a busca por novas formas de expressão política.

2.2. Manifestações Globais do Voto de Protesto: Estudos de Caso

No internacional, o voto de protesto está presente em diversas partes e em diversos tipos de governo, assumindo diferentes formas e intensidades de acordo com cada particularidade e sistema econômico do sistema político.

Nos Estados Unidos, a eleição presidencial de 2016 levou Donald Trump a Casa Branca e é continuamente citada como um exemplo marcante de voto de protesto, com uma polarização política grande, eleitores insatisfeitos e perda de emprego na indústria, fazendo com que um outsider com políticas diferentes das já apresentadas, se tornasse atraente.

Trump, um empresário sem experiência política prévia, soube explorar com maestria a insatisfação que o povo estava sentindo com a política tradicional, com as elites de Washington e os efeitos da globalização. Seus discursos, frequentemente classificados como populistas e nacionalistas, ressoam aos eleitores que se sentiam esquecidos, marginalizados e desiludidos, gerando sua grande ascensão. Os principais pilares de sua campanha foram construídos cuidadosamente para atrair o eleitorado, como o antielitismo por exemplo, em que o mesmo criticava os políticos de carreira e a elite de Washington, prometendo “drenar o pantano”. Já o nacionalismo econômico se manifestou na promessa de “Make America Great Again” através da reindustrialização, da proteção de empregos americanos e da renegociação de acordos comerciais, que visavam reverter a desindustrialização e a perda de postos de trabalho. Portanto, o voto em Trump, se baseou, em grande parte, em um voto contra o sistema, impulsionado por um sentimento de abandono por parte das elites políticas.

Mais recentemente, em 2024, as primárias democratas se depararam com um voto “não instruído” significativo em Wisconsin, impulsionado por ativistas que protestavam em contradição com a política do atual presidente Biden da época, contra a faixa de Gaza, demonstrando como o voto de protesto pode se manifestar mesmo dentro de um Partido, conforme literatura:

Jovens eleitores em redutos democratas como Madison e Milwaukee foram fundamentais para a vitória de Biden em Wisconsin — e nas eleições nacionais — em 2020, agora querem deixar claro ao presidente que ele não pode desvalorizá-los desta vez. O objetivo da campanha "Escute Wisconsin" é convencer 20.000 pessoas a votarem nas primárias democratas no lado não escolarizado, aproximadamente a mesma margem de vitória que Biden obteve

no estado sobre Donald Trump há quatro anos. (EAGLIN, p.35, 2024) - tradução própria

Já no Reino Unido, o processo do Brexit em 2016 é outro exemplo do fenômeno. Uma parcela significativa do eleitorado britânico, insatisfeita com a União Europeia, a imigração e a percepção de perda da soberania, votou a favor da saída do bloco da parceria política europeia. A campanha pelo “Leave” soube capitalizar um profundo e difuso sentimento de insatisfação com a União Europeia, percebida como uma entidade burocrática, distante e excessivamente regulatória, cujas decisões frequentemente desconsideravam os interesses nacionais britânicos.

Muitos eleitores clamavam pela “retomada do controle” das leis e fronteiras britânicas, almejando uma libertação das diretrizes europeias. Outro ponto é que muitos não se sentiam ouvidos, o que fez com que o voto pelo Brexit fosse interpretado como um “grito de protesto”. Economicamente, a promessa de que o Reino Unido prosperará fora da UE, livre das contribuições financeiras e das amarras comerciais do bloco, ressoou em diversas camadas da sociedade.

A campanha foi marcada por uma intensa polarização, com a disseminação de informações e desinformações, e pela atuação de figuras políticas que souberam capitalizar sobre o descontentamento popular, como Nigel Farage e Boris Johnson. O discurso populista foi fundamental para atrair o voto de protesto, capitalizando sobre a insatisfação com as elites e prometendo retomar o controle.

Por último, a América Latina possui uma rica história de movimentos sociais e protestos, com o voto de protesto se manifestando frequentemente em eleições de líderes populistas ou anti-sistema. Na Argentina, por exemplo, Javier Milei se tornou presidente em 2023, quebrando o ciclo de presidentes da direita tradicional. Na Bolívia, a esquerda perdeu força após duas décadas no poder, exemplificando ainda mais como a terceira via tem ganhado força e em como “o novo” é o preferido (TAVARES, 2025).

Esses casos demonstram que o voto de protesto não tem fronteiras ideológicas fixas: pode favorecer a extrema-direita, a extrema-esquerda ou simplesmente figuras que se apresentam como “anti-sistema”.

2.3. Crises de Representatividade e o Cenário Internacional

A ascensão do voto de protesto em escala global está intrinsecamente ligada a uma crise mais ampla de representatividade democrática. Ela se caracteriza pelo crescente distanciamento entre os cidadãos e as instituições políticas, pela desconfiança nos partidos e

nos representantes eleitos, e pela percepção de que o sistema político não é capaz de responder às demandas e aos anseios da população.

Como argumenta Norris, ela é a combinação de baixa confiança política, percepções de corrupção e desigualdade que gera cidadãos críticos, que se distanciam das instituições e passam a buscar alternativas fora do espectro tradicional. Essa desilusão é exacerbada pela sensação de que as vozes dos cidadãos comuns não são ouvidas e que as políticas públicas não atendem às suas necessidades. (NORRIS, 2011).

De acordo com Levitsky e Ziblatt (2018), essa deterioração da confiança cria um terreno fértil para o surgimento de lideranças autoritárias que se apresentam como porta-vozes da “vontade popular” contra as elites. Esse fenômeno tem se repetido constantemente em diferentes democracias como discutido acima, alterando apenas sua intensidade.

Colin Crouch (2012) acrescenta que o processo de “pós-democracia” decorre da captura das decisões políticas por interesses econômicos e corporativos, que transforma os cidadãos em meros espectadores do jogo eleitoral, conforme literatura:

Vivemos em uma era pós-democrática, em que as eleições continuam a ocorrer e podem até provocar mudanças nos governos, mas em que o debate público controlado é um espetáculo rigidamente controlado, conduzido por equipes rivais de profissionais especializados em técnicas de persuasão, dentro de uma estrutura rígida de interesses corporativos.” (CROUCH, p10, 2012)

O cenário internacional, caracterizado por desafios complexos como crises econômicas, migração em massa, mudanças climáticas e o avanço da desinformação, contribui para a intensificação do voto de protesto. Isso cria um terreno fértil para discursos populistas que, segundo Inglehart e Norris, exploram uma divisão entre “o povo virtuoso” e “as elites corruptas”.

Boaventura de Sousa Santos (2020), propõe uma leitura pós-colonial da crise democrática, argumentando que a perda de representatividade é acompanhada de uma crise de legitimidade das instituições ocidentais. Para ele, o voto como protesto surge como expressão das “democracias de baixa intensidade”, nas quais a participação formal existe, mas o exercício real do poder é limitado.

Portanto, a incapacidade dos governos em lidar eficazmente com esses problemas globais alimenta a frustração e a busca por soluções radicais ou por líderes que prometem respostas simples para problemas complexos. Assim, compreender o voto de protesto em perspectiva global significa enxergá-lo não como uma anomalia, mas como sintoma das tensões estruturais da democracia contemporânea. A cada ciclo eleitoral, ele reaparece em novas

roupagens, desafiando partidos, instituições e analistas a refletirem sobre o futuro da representação política.

Em síntese, a crise de representatividade se manifesta em três níveis, (1) institucional, com o enfraquecimento dos partidos e parlamentos; (2) comunicacional, marcado pela fragmentação do espaço público e pela desinformação digital; e (3) sociocultural, evidenciado pela ruptura de identidades políticas coletivas. Os três elementos convergem, transformando o voto em um ato de protesto, e simultaneamente, uma reconstrução simbólica de pertencimento.

2.4: O Voto de Protesto na Era Digital: Mídias Sociais e o Desafio da Desinformação

À análise do voto de protesto em escala internacional se tornaria incompleta sem a inclusão e consideração de um dos fatores mais determinantes da contemporaneidade, que é a esfera social, e consequentemente, o desafio do enfrentamento das “fake news”. A emergência das mídias sociais não apenas amplificou a voz do eleitor descontente, mas também reconfigurou a maneira como o protesto é articulado e direcionado, impactando diretamente o comportamento eleitoral.

O pilar da opinião, crucial para a democracia de Nadia Urbinati (2013), sofreu uma transformação radical com a digitalização da comunicação. As mídias sociais expandiram um novo espaço público que, embora prometa maior participação da sociedade, também se tornou um ambiente fértil para uma maior polarização e manipulação. Dentro disso, a erosão da confiança institucional, a valorização afetiva e a mobilização anti-sistema, se tornaram consequências diretas dessa nova dinâmica comunicativa.

Dentro dessa dinâmica, a erosão da confiança institucional, a valorização afetiva sobre a racionalidade e a mobilização anti-sistema tornaram-se consequências diretas dessa nova ecologia comunicativa. O voto de protesto, nesse cenário, deixa de ser apenas uma manifestação de descontentamento com políticas públicas para se tornar, em muitos casos, um voto de negação impulsionado por narrativas que questionam a própria legitimidade do sistema democrático. A facilidade e velocidade com que a desinformação se propaga nas redes sociais permite que candidatos outsiders capitalizem rapidamente sobre a frustração popular, transformando o descontentamento em apoio eleitoral ativo e mobilização digital.

Dessa forma, a era digital impõe um novo desafio e comportamento à democracia, fazendo com que um protesto se torne um produto da reconfiguração da esfera pública pela tecnologia, exigindo novas formas de análise sobre a relação entre comunicação, emoção e política. Compreender essa dinâmica é fundamental para entender as manifestações

contemporâneas, tanto globais quanto nacionais, onde a polarização e a desinformação desempenham um papel central no pleito eleitoral.

3. O VOTO DE PROTESTO NO BRASIL

3.1. A tipologia do voto e a crise de representatividade no contexto brasileiro

O voto de protesto no Brasil, embora compartilhe características com o global, possui suas particularidades que o tornam complexo e relevante. A tipologia do voto no contexto brasileiro, é influenciada por fatores históricos, sociais e políticos, que moldam a forma como os eleitores se expressam. A crise de representatividade, nesse sentido, é um elemento central para compreender a ascensão do voto de protesto no país, funcionando como um catalisador para a busca por alternativas fora do sistema tradicional.

No Brasil, é incluída como participação para predição do voto a participação política, opiniões sobre as instituições e atitudes em relação ao regime, mas não há uma tipologia estrita do eleitorado. Além disso, existem três principais categorias de como uma pessoa vota, sendo ela por identificação (baseado em vínculos partidários e ideológicos), oposição (rejeição a determinadas lideranças e partidos) ou expectativa de desempenho de seu candidato (confiança em seu voto). A tipologia tem como objetivo a previsão de tendências eleitorais como em quem o mais “novo” irá votar versus o mais “velho”, em quem a classe baixa vai votar versus a classe média etc. O modelo sugere que, ao invés de se concentrar apenas em variáveis demográficas, deve-se priorizar as atitudes políticas que influenciam diretamente a escolha eleitoral (ALBUQUERQUE, p.1, 2011).

De acordo com a literatura internacional *Annual Review of Political Science*, a confiança política é um dos pilares fundamentais da legitimidade democrática, e sua deterioração gera impactos diretos na forma como os cidadãos se relacionam com o processo eleitoral (DALTON, 2017). Nesse sentido, quando há percepção de corrupção e descontentamento da população em relação aos governantes, o voto de protesto emerge como canal de manifestação do desencanto popular.

No caso brasileiro, esse caso se agrava entre 2014 e 2018, momentos marcados por escândalos como a Operação Lava Jato, a crise econômica de 2014 a 2016, a crescente polarização e a desconfiança generalizada nos partidos tradicionais. Estudos como o de Dassonville e Hooghe, publicados no *European Journal of Political Research*, reforçam que o voto de protesto não é um fenômeno marginal, mas sim uma resposta estruturada ao enfraquecimento do vínculo entre eleitores e elites políticas. Em outras palavras, não se trata de um comportamento eleitoral episódico, mas de uma tendência que traduz insatisfações mais amplas com a qualidade da democracia, conforme literatura:

A relação entre desconfiança política e voto de protesto não é episódica, mas sim estrutural, uma vez que baixos níveis de confiança corroem a legitimidade democrática e alimentam escolhas eleitorais de caráter contestatório (DASSONVILLE; HOOGHE, 2018, p. 45).

Esse “espiral de desconfiança” é reforçado por Hooghe e Marien, em artigo publicado na revista *Government and Opposition*, no qual os autores evidenciam que baixos níveis de confiança política alimentam diretamente o voto de protesto, que, por sua vez, pode reforçar a instabilidade democrática. Esse ciclo é visível no Brasil recente: a falta de credibilidade das instituições levou a uma rejeição dos partidos tradicionais e abriu espaço para outsiders e figuras não ortodoxas. Assim, o voto de protesto brasileiro não deve ser visto apenas como rejeição a determinados candidatos, mas como expressão de um mal-estar democrático, no qual a população recorre ao próprio sistema eleitoral para sinalizar seu descrédito.

3.2. O surgimento de novos atores políticos

Um dos efeitos mais visíveis de aparição do voto de protesto, é por meio de novos atores e cenários políticos, que são frequentemente caracterizados por suas condições de “outsiders” ou pertencimento pela filiação a partidos até então periféricos no sistema. Atores não convencionais, muitas vezes personalistas, anti-establishment ou criados em torno de lideranças específicas, tornam-se veículos eficazes para canalizar o descontentamento popular. Esses atores emergem não necessariamente como alternativas programáticas consistentes, mas como instrumentos simbólicos de rejeição ao sistema político vigente. (ANDRES, 2016)

Embora a política brasileira já contasse com figuras não tradicionais como Enéas Carneiro e Tiririca, a eleição de 2018 marca um divisor de águas. A vitória de Jair Bolsonaro, que até então era um deputado de baixo clero apoiado por um partido de pouca expressão prévia (PSL), ilustra de forma clara como o voto de protesto pode impulsionar atores sem histórico de protagonismo político-partidário. Do mesmo modo, candidaturas mais recentes como a de Pablo Marçal em 2024, continuam demonstrando como a insatisfação com as elites tradicionais se converte em apoio a figuras que se apresentam como “de fora da política”. Essa tendência é reforçada pelo ambiente de hiper personalização das campanhas, no qual a imagem do candidato e sua narrativa pessoal prevalece sobre os programas partidários (VASCONCELOS, 2020).

Nesse cenário, as redes sociais funcionam como terreno privilegiado de mobilização: lideranças carismáticas conseguem construir uma relação direta com seus eleitores, sem a

mediação dos partidos ou da imprensa tradicional (MANCUSO, 2015; GOMES, 2018). A dinâmica algorítmica dessas plataformas, como Tik Tok, Youtube e o Twitter, favorece mensagens curtas, emocionais e polarizadoras, elementos típicos do discurso de protesto. Segundo Ribeiro e Santos (2021), “as redes sociais tornaram-se arenas de disputa simbólica, nas quais o sentimento de frustração coletiva é traduzido em apoio a lideranças antissistema”. Nesse sentido, a análise de Fantin mostra que a ascensão desses outsiders não é mero acaso, mas parte de um processo estrutural:

O voto de protesto reposicionou os partidos no Brasil e abriu espaço para candidaturas que seriam impensáveis em décadas anteriores. Ao mesmo tempo que questiona a política tradicional, ele corrói as bases de estabilidade institucional que sustentam a democracia representativa. (FANTIN, p. 89, 2024).

Esse processo é intensificado pela fragilidade institucional e a proximidade entre os pleitos eleitorais intensifica o ciclo de renovação de lideranças. Como destaca o professor e cientista político Adriano Cerqueira, “A tendência é que a decepção com os políticos eleitos seja constante até pela proximidade dos pleitos eleitorais, a cada dois anos no Brasil, o que possibilita novas candidaturas de pessoas de fora da política com discurso combativo”. (GAZETA DO POVO, 2024). A instabilidade partidária, a fragmentação ideológica e a crise de confiança reforçam um cenário propício à emergência de figuras carismáticas e messiânicas, que prometem restaurar a moralidade e a eficiência da política, mas muitas vezes fragilizam o debate democrático.

Dessa forma, o fenômeno do voto de protesto não apenas revela o cansaço da população com as estruturas eleitorais atuais, como também reconfiguram a natureza da representação política, deslocando o foco dos programas partidários para a performance individual e emocional dos candidatos.

3.3. Os partidos políticos no voto de protesto

Os partidos políticos são instituições fundamentais para a sustentação da democracia, pois mediam a relação entre Estado e sociedade, entretanto, nas últimas décadas eles têm sofrido um processo de grande desgaste, que se reflete diretamente nos votos. Os primeiros partidos foram criados em 1831 (Republicano, Liberal, Restaurador) e desde então é imprescindível reconhecer a importância dos mesmos, principalmente pelos chamados “mandato duplo”, em que os representantes devem prestar contas tanto à população quanto aos seus filiados partidários. No entanto, no Brasil contemporâneo, observa-se um declínio do

partidarismo e da identificação eleitoral estável (CARREIRÃO, 2002; POWER; ZUCCO, 2012).

As causas desse enfraquecimento são múltiplas. A corrupção recorrente, a falta de renovação interna, a excessiva burocratização e o distanciamento em relação às demandas sociais alimentam a percepção de que os partidos não representam mais os interesses da população e sim somente os seus (ALMEIDA, 2019). Para mitigar o problema, uma das estratégias utilizadas pelos partidos é a de incorporar discursos e pautas que dialoguem com o sentimento antissistema e com as demandas por mudança. Isso pode se manifestar na adoção de plataformas mais populistas, na crítica às elites tradicionais e na valorização de candidatos “outsiders” ou com perfis menos convencionais. Um exemplo notório é a forma como partidos tradicionais de centro-direita (como PSDB em alguns estados) ou de esquerda (como PT em certas conjunturas) tentam absorver a pauta anticorrupção e a crítica a “velha política” após 2013, muitas vezes lançando mão de candidatos com trajetória menos convencional para disputas majoritárias. Além disso, alguns partidos buscam renovação e promovem participação de novas lideranças e canais de comunicação com a sociedade civil.

No entanto, a relação entre voto de protesto e os partidos é complexa e ambígua ao mesmo tempo, visto que os partidos podem ser relacionados como instrumentos para canalizar o descontentamento e promover mudanças, mas também podem se tornar alvos diretos da indignação popular. Como observa Shirado (2018), o risco é que a rejeição aos partidos leve à consolidação de candidaturas personalistas, fragilizando os mecanismos de controle e de deliberação coletiva.

Nos últimos anos, alguns partidos têm buscado estruturar mecanismos de participação digital e promover maior transparência como forma de reconstruir sua legitimidade. Experiências como as prévias internas do PSDB, os debates abertos promovidos por movimentos como o *RenovaBR* e o *Agora!*, e o incentivo à formação política de novos quadros revelam tentativas de reaproximação com a sociedade (CASTRO; PEREIRA, 2023). Entretanto, tais iniciativas ainda são pontuais e não têm sido suficientes para conter a desconfiança generalizada.

Portanto, a crescente apatia e desconfiança documentadas pelos autores Oliveira, França, Castel e Pase e Almeida, forneceram combustível para que a percepção de partidos tradicionais, como o PT e o PSDB, que dominaram a política por anos, se tornassem percebidos como obsoletos ou esgotados, abrindo espaço para a ascensão de novas legendas e a reconfiguração do sistema partidário. O voto de protesto deixou de ser apenas um desabafo

para se tornar um instrumento de mudança – ainda que essa mudança, para muitos analistas, carregue consigo riscos para a própria democracia (MUDDE, 2017; SHIRADO, 2018).

Diante do exposto, os partidos brasileiros enfrentam o desafio de se reerguer e reconstruir sua legitimidade, se aproximando das demandas sociais e fortalecendo principalmente o seu círculo para participação interna. Caso contrário, tendem a perder cada vez mais espaço para candidaturas personalistas e movimentos espontâneos de caráter volátil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo central compreender e analisar o fenômeno do voto de protesto no atual cenário político brasileiro, com ênfase na crescente divisão ideológica, e questionar de que forma o enfraquecimento da representatividade política impulsiona novas candidaturas com perfil antissistema, definindo o papel da população nesse contexto. A partir de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, o estudo buscou inserir a dinâmica eleitoral brasileira em um debate mais amplo sobre a crise da democracia contemporânea.

Portanto, diante do exposto, conclui-se que o voto de protesto, no contexto brasileiro, é um fenômeno de diversas facetas que reflete a crise de representatividade, a polarização crescente e a desconfiança nas instituições democráticas. O estudo permite compreender que o fenômeno não é apenas um ato de insatisfação momentânea, mas de uma insatisfação que vem sendo cultivado por muito tempo, que carrega em si a busca por novos caminhos políticos em um ambiente de desgaste dos partidos tradicionais e hiper personalização das candidaturas.

No primeiro capítulo foram explorados os fundamentos teóricos do voto como ação política ao revisitar autores como Bobbio (1989), Arendt (1993) e Urbinati (2013), definindo o voto de protesto e sua relação com o populismo e a era antissistema. O segundo capítulo se voltou para o cenário e perspectiva global, apresentando estudos de casos importantes, que ilustraram as manifestações e votos de protestos em diferentes contextos. Por fim, o terceiro capítulo dedica-se em analisar o Brasil, abordando sua tipologia do voto, comportamento eleitoral contestatório, o surgimento de novos atores políticos e o papel dos partidos diante do fenômeno. A resposta à pergunta de pesquisa reside na constatação de que o voto de protesto, ao eleger figuras que personificam a ruptura, cumpre o papel de reconfigurar o sistema partidário e influenciar decisivamente os resultados eleitorais, transformando-se em um elemento estruturante das dinâmicas políticas nacionais.

A partir da fundamentação teórica, é possível compreender que o voto de protesto não pode ser interpretado como algo isolado, mas sim, como um elemento de mudança recorrente. Ao ser mobilizado em diferentes contextos históricos e geográficos, o voto de protesto expressa tanto uma rejeição ao sistema vigente quanto uma demanda por renovação. Já na literatura internacional, especialmente os trabalhos de Norris (2011), Mudde (2017) e Inglehart & Norris (2019), evidenciam que o fenômeno se repete em democracias consolidadas, como nos Estados Unidos e no Reino Unido, e também em democracias mais recentes ou instáveis, como as latino-americanas. Nesse sentido, o Brasil insere-se em um movimento global, no qual a

contestação eleitoral se converte em um mecanismo de pressão popular contra as elites políticas tradicionais.

Dessa forma, a análise permite responder ao problema da pesquisa que orientou o estudo, demonstrando que o enfraquecimento da representatividade política atua como catalisador direto para o surgimento de candidaturas anti-sistema. A desilusão com os partidos tradicionais e o vazio de representação são preenchidos por outsiders que capitalizam o sentimento do protesto, o tornando mais forte. Nesse contexto, o papel da população é ambivalente, atua como agente de contestação ao utilizar o voto como ferramenta de repúdio, mas também se expõe ao risco de endossar lideranças populistas que podem fragilizar as instituições democráticas.

Em conjuntura, os estudos sobre tipologia do eleitorado, cultura política e surgimento de novos atores políticos mundialmente, tornam evidente que o Brasil atravessa um processo de transformação em que o engajamento, ainda que cético e fragmentado, evidencia o desejo popular por renovação e que o voto de protesto tem contribuído para reconfigurar o cenário partidário, desafiar as instituições democráticas e colocar em xeque os modelos tradicionais de participação e representação política.

Outro ponto fundamental diz respeito ao enfraquecimento dos partidos políticos, que perderam espaço para movimentos personalistas e campanhas ancoradas em redes sociais. A lógica digital favorece o surgimento de novos atores e lideranças carismáticas, já que é por meio dela que eles mantêm contato com seu público alvo, independente da idade e classe social. Essa transformação, como discutido no terceiro capítulo, projeta para um cenário no qual os partidos tradicionais terão dificuldade em recuperar legitimidade caso não se reestruturem e aproximem-se das demandas da sociedade.

Nesse sentido, o voto de protesto no Brasil deve ser compreendido em duas dimensões, sendo elas alerta e risco. Como alerta, ele sinaliza que parte significativa da população se sente excluída ou ignorada pelo sistema, exigindo mudanças. Como risco, pode fortalecer candidaturas frágeis ou populistas, que exploram a insatisfação sem oferecer propostas consistentes de governabilidade.

Reconhece-se, contudo, que este estudo de natureza qualitativa e baseado em revisão bibliográfica, possui limitações. A principal delas reside na ausência de uma pesquisa de campo ou análise quantitativa primária que pudesse mensurar a motivação específica do eleitor brasileiro que vota em candidatos outsiders. A análise dos dados de votos, apresentada no capítulo 3, oferece um indicativo, mas não esgota o tema.

Assim, em perspectivas futuras, é possível afirmar que o fenômeno continuará a desempenhar um papel central no eleitorado global. Em um mundo marcado pela hiperconectividade, pela circulação de desinformação e pela persistência de crises socioeconômicas, a contestação eleitoral tende a se intensificar. Isso impõe aos partidos, às lideranças políticas e à sociedade civil o desafio de repensar formas de engajamento e de representação que reduzam a distância entre governantes e governados.

Portanto, o estudo do voto de protesto ultrapassa a mera compreensão de um comportamento eleitoral específico e sazonal, para um instrumento de análise crítica sobre a qualidade da democracia. No Brasil, ele revela tanto as fragilidades quanto as potencialidades do sistema político. Reconhecer sua relevância é um passo fundamental para construir caminhos que fortaleçam a legitimidade democrática, ampliem a participação cidadã e assegurem que a insatisfação se converta em mudanças efetivas, e não apenas em rupturas de caráter efêmero.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J.A. **Identidade, oposição e pragmatismo: uma teoria política do voto.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 26, p. 53-79, 1992.
- ALEIXO, Gabriel. **A Candidatura Avulsa Como Alternativa No Sistema Eleitoral Brasileiro.** Revista Brasileira de Ciência Política, v. 23, 2017.
- ALMEIDA, Carla; MARTELLI, Gandini Giani; JARDIM, Maria Chaves; GIMENES, Éder Rodrigo. **Participação política e democracia no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.
- ARENDT, Hannah. **O que é política? Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz.** [S. l.]: Bertrand, 2018.
- ALVAREZ, R. Michael; KIEWIET, D. Roderick; NÚÑEZ, Lucas. **A Taxonomy of Protest Voting.** Annual Review of Political Science, May 2018.
- AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiência democrática, sistema político e participação popular.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- BENOIST, Alain de. **A crise da representação política.** Lisboa: Instituto Piaget, 2012.
- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- CAMUS, Jean-Yves; LEBOURG, Nicolas. **Far-Right Politics in Europe.** Cambridge: Harvard University Press, 2017
- CARREIRÃO, Y. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras.** Editora FGV, 2002.
- CASTEL, Karen. PASE, Luiz. **Voto de protesto? Sobre a desconfiança do cidadão brasileiro na política.** Revista de Política Brasileira, v. 10, n. 2, 2020.
- CROUCH, Colin. **Pós-democracia.** Tradução de José Viegas. Lisboa: Edições 70, 2012.
- Eletorize 2020: **Um Raio X das eleições.** Livro Digital, 2021.
- FANTIN, Rafael. **Como o voto de protesto se tornou o movimento antissistema e reposicionou os partidos no Brasil.** Gazeta do Povo, 2024.
- FRANÇA, Fagner. **Crise política: o problema da abstenção eleitoral no Brasil e no mundo.** Revista Eletrônica Inter-Legere, Natal, n. 3, jul./dez. 2008.
- GARGARELLA, Roberto. **El derecho a la protesta: El primer derecho.** 1. ed. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005.
- HOOGE, Marc; DASSONNEVILLE, Ruth. **A Spiral of Distrust: A Panel Study on the Relation between Political Distrust and Protest Voting in Belgium.** Government and Opposition, Jan, 2018.
- INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Cultural Backlash: Trump, Brexit and Authoritarian Populism.** Cambridge University Press, 2019.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**, 2016.

MUDDE, Cas. **Populismo: Uma brevíssima introdução**. Gradiva, 2017.

MYATT, David P. **A Theory of Protest Voting**. Economic Journal, Set, 2015.

NORRIS, Pippa. **Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited**. Cambridge University Press, 2011.

OLIVEIRA, Antonio. **A Apatia da Participação Política do Povo Brasileiro na Administração e Governança da República: Motivos e Consequências**. Revista Gestão & Conexões, Vitória, v. 4, n. 2, p. 80-101, jul./dez. 2015.

POWER, T.; ZUCCO, C. **Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2009**. Latin American Research Review, 2012.

RODRÍGUEZ ANDRÉS, Roberto. **El ascenso de los candidatos outsiders como consecuencia de las nuevas formas de comunicación política y la desafección ciudadana**. Comunicación y Hombre, 2016.

TAVARES, Vitor. **Como a esquerda se autodestruíu na Bolívia e ficou de fora do segundo turno após duas décadas no poder**. BBC News Brasil, 2025.

URBINATI, Nadia. **Crise e metamorfoses da democracia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, n. 82, p. 5-18, 2013.

URBINATI, Nadia. **Democracia Desfigurada: Opinião, Verdade e o Povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

VAN DER BRUG, Wouter; FENNEMA, Meindert; TILLIE, Jean. **Anti-immigrant Parties in Europe: Ideological or Protest Vote?** European Journal of Political Research, Jan, 2000.

VASCONCELOS, Fábio. **Voto de protesto e crise de representatividade no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

SHIRADO, Nayana. **O impacto do voto-protesto e da abstenção para a democracia representativa**. Revista de Jurisprudência, Recife, v. 10, n. 1, p. 13-28, jan./jun. 2018.

SUNSTEIN, C. **#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media**. Princeton University Press, 2019.

